



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

**MOVIMENTO ESTUDANTIL: PROPOSTAS ALTERNATIVAS DE
ORGANIZAÇÃO FRENTE À POLÍTICA PARTIDARIZADA**

Carina Tavares Ribeiro Barbosa¹
Raissa Pimentel Costa²

Resumo: O movimento estudantil vem expressando, desde a década de 1980, diferentes propostas de organização política pelo surgimento de novos atores que redefinem os sentidos da mobilização coletiva. Buscando compreendê-los, intenta-se analisar as novas dinâmicas da “sociabilidade militante³”, que durante a investigação de caráter teórico-interpretativo das principais pesquisas acadêmicas realizadas na área, são referidas, por alguns autores, como causa de uma inflexão ou debilidade da capacidade mobilizadora massiva do movimento estudantil após os anos 60 e 70. Percebe-se, não obstante, uma tendência em descrever as mudanças pelas quais vem passando o movimento estudantil como determinantes da perda de protagonismo político deste movimento, ignorando o caráter dinâmico do fenômeno e negativando o potencial subversivo das disputas e tensões entre formas instituídas de participação que mitigam a autonomia do movimento e as possibilidades instituintes.

Em contexto de maior repressão e perseguição política acirrada pelo decreto do ato constitucional número 5, a interferência dos partidos políticos no movimento estudantil deu condições de possibilidade para a continuação das atividades políticas do movimento mesmo que de forma clandestina. Os partidos, por outro lado, também viram o movimento estudantil como forma de sobrevivência política, mediante o regime vigente, como elucida Cancian:

As tendências estudantis eram consideradas, mais propriamente, as “faces legais” dos grupos, organizações e partidos políticos de esquerda clandestinos. Para sobreviverem na conjuntura de repressão política, as tendências estudantis adotaram denominações distintas com a finalidade de evitar que transparecessem

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: <carina.tavares@yahoo.com.br>.

² Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: <raissa_pimentel@outlook.com>.

³ Mesquita (2003).

publicamente agremiações políticas clandestinas que as representavam (CANCIAN, 2014, p. 207).

A criação das tendências, como destaca Mesquita (2006) diversificou e impulsionou a criação de novas frentes no movimento estudantil, influenciando nas estratégias de organização e ampliando o debate acerca dos sentidos das ações coletivas do movimento, pela influência de diversas vertentes ideológicas sobre as quais os partidos políticos se posicionavam.

No entanto, logo as frentes estudantis passaram por um intenso processo de aparelhamento impetrado pelos partidos políticos que consolidaram um modo de fazer política, centralizado, priorizando a disputa de poder e espaço no interior do movimento e secundarizando as demandas estudantis. Tal política mitigou a autonomia dos estudantes e ceifou as possibilidades criativas de ação e organização. Sendo incompatível com o surgimento de novos atores sociais no final da década de 1980, desencadeando uma crise de representatividade e ocasionando uma desarticulação nociva ao potencial combativo do movimento.

Nesse sentido, a assertiva de que o movimento estudantil passou por uma desarticulação e perda de sua capacidade mobilizadora acontece devido o engessamento e insistência de perpetuação da política centralizada dos partidos e não pelo surgimento de novas pautas e vozes que vem disputando e ganhando espaços de enunciação, propondo formas de atuação mais condizentes com as necessidades estratégicas do movimento e questionando as dinâmicas de poder hegemônico institucionalizadas.

Palavras-chave: Movimento estudantil; Partidos políticos; Sociabilidades militantes.

Referências

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados da fronteira. **Cadernos CRH**, 21/54, p. 457-475, 2008.

CANCIAN, Renato. Juventude e participação política: considerações sobre a militância estudantil nos anos de 1970. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.18, n. 32, p. 203-215, jan./jun. 2014.

MESQUITA, Marcos. R. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.66, p.117-149, 2003.